DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Encruzilhada - BA

Quarta-Feira, 27 de Março de 2024 - Edição nº 994

SUMÁRIO

- DECRETO Nº 022/2024: "Define a composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS para o biênio 2024-2026, com base na resolução da Lei 1133/2023."

- DECRETO Nº 023/2024: "Apresenta Plano de Ação Excepcional do Município de Encruzilhada-Ba para implementação dos requisitos mínimos de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, nos termos do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, alterado pelo Decreto n. 11.644, de 16 de agosto de 2023."

Esta edição está assindada digitalmente com certificação digita emitida pela Certsign nos termos do Decreto 2.200/01 que instituiu a estrutura de chaves públicas (ICP-Brasil) e encontra-se disponível no site www.encruzilhada.ba.gov.br no link "Diário Oficial" podendo ser validada neste mesmo endereço eletrônico com a utilização do nº de autenticação que consta no rodapé de cada uma das páginas.

Nº de autenticação: 34840AFBA7-EB2549D08A-A9B77B8C1F-96CC275BFA

Prefeitura Municipal de Encruzilhada
ESTADO DA BAHIA

DECRETO Nº. 022 DE 24 DE MARÇO DE 2024.

Define a composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS para o biênio 2024-2026, com base na resolução da Lei 1133/2023.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA**, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 73 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o término do mandato dos anteriores membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS; e

CONSIDERANDO, a necessidade de designação da nova composição do Conselho Municipal de Saúde – CMS para o biênio de 2024-2026,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados para exercer a função de Conselheiros Municipais Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Saúde – CMS, representando seus respectivos setores, as pessoas relacionadas:

I – ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE:

a) Tania Lima Pereira Matos – (titular)
b) Roberto Halan Mendes Dias(Suplente)

II- REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL:

a) Luzineide Maria Borges - (Titular)
c) Sirley pinto flores (Suplente)

III- REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:

a) Simone Santana L. Cardoso (Titular)

b) Viviane Costa Lima (Suplente)

IV- REPRESENTANTES DO SINSERV:

a) Ioneide Alves Lacerda (Titular)
b) Lucia Borges Costa (Suplente)

V- REPRESENTANTES DO HOSPITAL MUNICIPAL MILTON ROCHA:

a) Maria Porfirio de Sousa (Titular)
b) Leidyane Silva Santana Lima (Suplente)

VI- REPRESENTANTES DA ATENÇÃO BÁSICA:

a) Maria da Gloria Oliveira Santos (Titular)
b) Olivia Costa Santos (Suplente)

II – **ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL**

VII- REPRESENTANTES DA IGREJA BATISTA BETANIA:

a) Ubiratan Aparecido P. Fernandes **(Titular)**
b) Samella Nunes Andrade da Cruz (Suplente)

VIII- REPRESENTANTES DA IGREJA QUADRANGULAR:

a) Valmir Alves de Oliveira **(Titular)**
b) Adila Emanuelle Sampaio Bastos de Oliveira (Suplente)

VIII- REPRESENTANTES DA IGREJA CASA DE DAVI:

a) Luciene Santos Lima **(Titular)**
b) Anatalia Elias de Jesus Ferraz (Suplente)

VIIII- REPRESENTANTES DO VIVER ARTE:

a) Roberto Pereira Rocha **(Titular)**
b) Maria Zilda Nunes Santos (Suplente)

Nº de autenticação: 34840AFBA7-EB2549D08A-A9B77B8C1F-96CC275BFA

Prefeitura Municipal de Encruzilhada
ESTADO DA BAHIA

X- REPRESENTANTES DA AACNE:

a) Joyce Freitas da Silva Gonçalves (Titular)

b) Paulo Roberto Goncalves da Silva (Suplente)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ENCRUZILHADA, 24 DE MARÇO DE2024.

Wekisley Teixeira Silva

Prefeito Municipal

Júlio César Sousa Rocha

Secretário de Administração

Prefeitura Municipal de Encruzilhada

ESTADO DA BAHIA

DECRETO N. 023 DE 27 DE MARÇO DE 2024.

Apresenta Plano de Ação Excepcional do Município de Encruzilhada-Ba para implementação dos requisitos mínimos de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, nos termos do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, alterado pelo Decreto n. 11.644, de 16 de agosto de 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ENCRUZILHADA, ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e com base no Decreto Federal nº 10.540/2020, alterado pelo Decreto n. 11.644/2023

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido, para o Município de Encruzilhada o Plano de Ação Excepcional para implementação dos requisitos mínimos de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, nos termos do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, alterado pelo Decreto n. 11.644, de 16 de agosto de 2023, conforme anexo único.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Encruzilhada -Ba, 27 de março de 2024

WEKISLEY TEIXEIRA SILVA

Prefeito Municipal

Nº de autenticação: 34840AFBA7-EB2549D08A-A9B77B8C1F-96CC275BFA

Prefeitura Municipal de Encruzilhada

ESTADO DA BAHIA

PLANO DE AÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SIAFIC - ATUALIZADO

Sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema único e integrado de execução orçamentária, administração financeira e controle da Prefeitura de Encruzilhada-Ba, conforme decreto nº 11.644, de 16 de agosto de 2023

PLANO EXCEPCIONAL DE AÇÃO PODER EXECUTIVO SIAFIC					
ORDE	DECRETO Nº 10.540, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020		DATA FINAL DE		
	Item	Descrição dos requisitos mínimos de qualidade	1.1.2023	1.1.2024	1.1.2025
1	Art. 1º, § 1º	Adesão de todos os Poderes e órgãos ao mesmo Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - Siafic.	✓		
2	Art. 1º, § 3º	Estabelecer regras de funcionamento que indiquem a responsabilidade do Poder Executivo pela contratação ou pelo desenvolvimento e pela manutenção e atualização do Siafic.	✓		
3	Art. 1º, § 3º	Definir as regras contábeis e políticas de acesso e segurança da informação, aplicáveis aos Poderes e aos órgãos de cada ente federativo e o responsável do Poder Executivo por essa ação.	✓		
4	Art. 1º, § 1º, inciso I	Controlar e evidenciar as operações realizadas pelos Poderes e órgãos e os seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas orçamentárias do ente federativo.	✓		
5	Art. 1º, § 1º, inciso I	Controlar e evidenciar as operações realizadas pelos Poderes e órgãos e os seus efeitos sobre os bens, os direitos, as obrigações, as receitas e as despesas patrimoniais do ente federativo.	✓		
6	Art. 1º, § 1º, inciso II	Controlar e evidenciar os recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas previstas e arrecadadas e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas à conta desses recursos e das respectivas disponibilidades.	✓		
7	Art. 1º, § 1º, inciso III	Controlar e evidenciar perante a Fazenda Pública, a situação daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.		✓	
8	Art. 1º, § 1º, inciso IV	Controlar e evidenciar a situação patrimonial do ente público e a sua variação efetiva ou potencial, observada a legislação e as normas aplicáveis.			✓
9	Art. 1º, § 1º, inciso V	Controlar e evidenciar as informações que subsidiem a apuração dos custos dos programas e das unidades da administração pública.	✓		
10	Art. 1º, § 1º, inciso VI	Controlar e evidenciar a aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, contratos e instrumentos congêneres.	✓		
11	Art. 1º, § 1º, inciso VII	Controlar e evidenciar as operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária, das quais resultem débitos e créditos.	✓		
12	Art. 1º, §1º, inciso VIII	Emitir relatórios do Diário, Razão e Balancete Contábil, individuais ou consolidados, gerados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelecido pelas normas gerais de consolidação das contas públicas.	✓		
13	Art. 1º, § 1º, inciso IX	Permitir a emissão das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos em lei ou em acordos nacionais ou internacionais, com disponibilização das informações em tempo real (até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil).	✓		
14	Art. 1º, § 1º, inciso X	Controlar e evidenciar as operações intragovernamentais, com vistas à exclusão de duplicidades na apuração de limites e na consolidação das contas públicas.	✓		

Nº de autenticação: 34840AFBA7-EB2549D08A-A9B77B8C1F-96CC275BFA

Prefeitura Municipal de Encruzilhada

ESTADO DA BAHIA

15	Art. 1º, § 1º, inciso XI	Controlar e evidenciar a origem e a destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica.	✓		
16	Art. 1º, § 6º	Permitir a integração com outros sistemas estruturantes existentes.		✓	
17	Art. 4º,**caput**	Processar e centralizar o registro contábil dos atos e fatos que afetem ou possam afetar o patrimônio da entidade.	✓		
18	Art. 4º, § 1º, inciso I	Registros contábeis realizados em conformidade com o mecanismo de débitos e créditos em partidas dobradas, ou seja, para cada lançamento a débito há outro lançamento a crédito de igual valor.	✓		
19	Art. 4º, § 1º, inciso II	Registro contábil efetuado em idioma e moeda corrente nacionais.	✓		
20	Art. 4º, § 2º	Permitir a conversão de transações realizadas em moeda estrangeira para moeda nacional à taxa de câmbio vigente na data do balanço.			✓
21	Art. 4º, § 4º	Registrar contabilmente de forma analítica e refletir a transação com base em documentação de suporte que assegure o cumprimento da característica qualitativa da verificabilidade.	✓		
22	Art. 4º, § 6º	Registrar contabilmente com, no mínimo, os seguintes elementos: a data da ocorrência da transação; a conta debitada; a conta creditada; o histórico da transação, com referência à documentão de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado; o valor da transação; e o número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil.	✓		
23	Art. 4º, § 7º	Registrar os bens, os direitos e as obrigações e possibilitar a indicação dos elementos necessários à sua caracterização e identificação.	✓		
24	Art. 4º, § 8º	Contemplar procedimentos que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sua base de dados.	✓		
25	Art. 4º, § 9º	Permitir a acumulação dos registros por centros de custos.	✓		
26	Art. 4º, § 10, inciso III	Vedar a alteração dos códigos-fonte ou de suas bases de dados que possam modificar a essência do fenômeno representado pela contabilidade ou das demonstrações contábeis.	✓		
27	Art. 4º, § 10, inciso IV	Vedar a utilização de ferramentas de sistema que refaçam os lançamentos contábeis em momento posterior ao fato contábil ocorrido, que ajustem ou não as respectivas numerações sequenciais e outros registros de sistema.	✓		
28	Art. 4º, § 1º	A escrituração contábil deve representar integralmente o fato ocorrido e observar a tempestividade necessária para que a informação contábil gerada não perca a sua utilidade. Além de assegurar a inalterabilidade das informações originais, impedindo alteração ou exclusão de lançamentos contábeis realizados.	✓		
29	Art. 5º	Conter rotinas para a realização de correções ou de anulações por meio de novos registros, de forma a preservar o registro histórico dos atos.	✓		
30	Art. 6º,**caput**, inciso I, combinado com § 1º	Ficar disponível até o vigésimo quinto dia do mês para a inclusão de registros necessários à elaboração de balancetes relativos ao mês imediatamente anterior. Impedir a realização de lançamentos após o vigésimo quinto dia do mês subsequente.	✓		
31	Art. 6º,**caput**, inciso II	Ficar disponível até trinta de janeiro para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício imediatamente anterior, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar. Impedir a realização de lançamentos após o dia trinta de janeiro.	✓		
32	Art. 6º,**caput**, inciso III	Ficar disponível até o dia trinta de março para os demais ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior e para as informações com periodicidade anual a que se referem o § 2º do art. 48 e o art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Impedir a realização de lançamentos após trinta de março.	✓		
33	Art. 7º, § 1º	Disponibilizar, em meio eletrônico e de forma pormenorizada, as informações sobre a execução orçamentária e financeira, em tempo real, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil, respeitados os termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).	✓		
34	Art. 7º, § 3º, inciso III	A disponibilização em meio eletrônico de acesso público deve observar os requisitos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 2018).	✓		

Nº de autenticação: 34840AFBA7-EB2549D08A-A9B77B8C1F-96CC275BFA

Prefeitura Municipal de Encruzilhada

ESTADO DA BAHIA

35	Art. 8º,**caput**, inciso I, alínea "a"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidade gestoras ou executoras dos dados referentes ao empenho, à liquidação e ao pagamento.	✓		
36	Art. 8º,**caput**, inciso I, alínea "b"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras do número do processo que instruir a execução orçamentária da despesa, quando for o caso.	✓		
37	Art. 8º,**caput**, inciso I, alínea "c"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes à classificação orçamentária, com a especificação da unidade orçamentária, da função da subfunção, da natureza da despesa, do programa e da ação e da fonte dos recursos que financiou o gasto.	✓		
38	Art. 8º,**caput**, inciso I, alínea "d"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes aos desembolsos independentes da execução orçamentária.	✓		
39	Art. 8º,**caput**, inciso I, alínea "e"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, com seu respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, inclusive quanto aos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto na hipótese de folha de pagamento de pessoal de benefícios previdenciários.	✓		
40	Art. 8º,**caput**, inciso I, alínea "f"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes aos convênios realizados, com o número do processo correspondente, o nome e a identificação pelo número de inscrição no CPF ou no CNPJ do convenente, o objeto e o valor.	✓		
41	Art. 8º,**caput**, inciso I, alínea "g"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras, quanto à despesa, dos dados referentes ao procedimento licitatório realizado, ou a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do respectivo processo.	✓		
42	Art. 8º,**caput**, inciso I, alínea "h"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras, quanto à despesa, dos dados referentes à descrição do bem ou do serviço adquirido, quando for o caso.	✓		
43	Art. 8º,**caput**, inciso II, alínea "a"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores relativos à previsão da receita na Lei Orçamentária Anual.	✓		
44	Art. 8º,**caput**, inciso II, alínea "b"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistema estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras, quanto à receita, dos dados e valores relativos ao lançamento, resguardado o sigilo fiscal na forma prevista na legislação, quando for o caso.	✓		
45	Art. 8º,**caput**, inciso II, alínea "c"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores relativos à arrecadação, inclusive referentes a recursos extraordinários.	✓		
46	Art. 8º,**caput**, inciso II, alínea "d"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores referentes ao recolhimento.	✓		
47	Art. 8º,**caput**, inciso II, alínea "e"	Permitir, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, a disponibilização das informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores referentes à classificação orçamentária, com a especificação da natureza da receita e da fonte de recursos.	✓		
48	Art. 9º,**caput**, inciso I	Permitir o armazenamento, a integração, a importação e a exportação de dados, observados o formato, a periodicidade e o sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União.	✓		
49	Art. 9º,**caput**, inciso II	Possuir mecanismos que garantam a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade e a disponibilidade da informação registrada e exportada.	✓		
50	Art. 9º,**caput**, inciso III	Possuir a identificação do sistema e do seu desenvolvedor nos documentos gerados.	✓		

Nº de autenticação: 34840AFBA7-EB2549D08A-A9B77B8C1F-96CC275BFA

Prefeitura Municipal de Encruzilhada

ESTADO DA BAHIA

51	Art. 11,**caput**	Possuir mecanismos de controle de acesso de usuários baseados, no mínimo, na segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e de consulta.	✓		
52	Art. 11, § 1º	Impedir a criação de usuário genérico, sem a indicação de número de inscrição no CPF ou certificado digital.	✓		
53	Art. 11, § 4º	Possuir controle da concessão e da revogação das senhas de acesso ao sistema.	✓		
54	Art. 11, § 5º	Arquivar documentos referentes ao cadastramento e à habilitação de cada usuário e mantê-los em boa guarda e conservação, em arquivo eletrônico centralizado, que permita a consulta por órgãos de controle interno e externo e por outros usuários.	✓		
55	Art. 12	O registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuadas pelos usuários será mantido no Siafic e conterá, no mínimo, o número de inscrição no CPF do usuário; a operação realizada; e a data e a hora da operação.	✓		
56	Art. 14	Possuir mecanismos de proteção contra acesso direto não autorizado a sua base de dados.	✓		
57	Art. 14, § 2º	Vedar a manipulação da base de dados e registrar cada operação realizada em histórico gerado pelo banco de dados (**logs**).	✓		
58	Art. 15	Manter cópia de segurança da base de dados que permita a sua recuperação em caso de incidente ou de falha, com periodicidade diária.	✓		

Nº de autenticação: 34840AFBA7-EB2549D08A-A9B77B8C1F-96CC275BFA